



PRE
DE

PROTÓCOLO Nº
00500/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS
DATA: 16/04/2019 HORA: 16:18
Autoria: Prefeito Municipal

Mensagem nº. 015 /2019.

Assunto: Da nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei nº 2.478, de 22 de fevereiro de 2008, Regulamenta a suspensão do contrato

Cordeirópolis, 16 de abril de 2019.

Senhora Presidente

Tem o presente, o objetivo de submeter ao crivo abalizador dessa **Colenda Edilidade**, através de seus exponenciais Legisladores Municipais, o incluso Projeto de Lei, que dá nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei nº 2.478, de 22 de fevereiro de 2008, (Regulamenta a suspensão do contrato de trabalho sem remuneração e dá outras providencia), conforme especifica.

Inicialmente, se faz necessário afirmar que o projeto de lei é necessário para dar nova redação ao **“caput”** do texto do artigo 1º e 2º, da Lei Municipal nº 2.478, de 22 de fevereiro de 2008. No artigo 1º, esta se definindo o período de solicitação da suspensão do contrato de trabalho sem remuneração. Já no artigo 2º esta se alterando o local que deverão ser protocolados as solicitações que será a Coordenadoria de Recursos Humanos na Secretaria Municipal de Administração, sendo que as autuações de processo administrativo referente a concessão ou prorrogação de suspensão de contrato de trabalho será no Centro de Atendimento ao Cidadão.

Por tudo o exposto, depois de acurada análise por parte desse magnânimo **Poder Legislativo**, em face de importância da matéria aqui tratada, esperamos que o presente Projeto de Lei mereça ao final a sua competente e concernente aprovação.

O assunto enfocado foi tratado, de modo a enfeixar, com os cuidados recomendáveis, tão importante e singular matéria, assim, pois, o projeto de lei por si só, é auto explicativo, contudo, colocamos nosso corpo técnico e jurídico à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Senhora Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, estas são as razões que inspiraram a presente proposição e nos levaram a encaminhar o presente Projeto de Lei à consideração e deliberação dessa honrada **Casa Legislativa**, no qual estou seguro de que os **Nobres Edis** haverão de emprestar o indispensável apoio.

continua



Concluindo, com o devido respeito, submeto o presente projeto de lei à elevada apreciação dos Ilustres **Vereadores** que integram esta **Casa Legislativa**, na esperança e certeza de que, após regular tramitação, seja o mesmo deliberado e aprovado em regime de urgência na devida forma regimental.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares desta Egrégia **Casa de Leis**, saberão aquilatar a importância deste projeto, ficamos no aguardo de sua judiciosa manifestação e aproveitamos a oportunidade para incrustar ao ensejo nossos protestos de consideração e real apreço.

Atenciosamente,



José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

A
Excelentíssima Senhora
Vereadora Cássia de Moraes
Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº 16, de 16 de abril de 2019.

Dá nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei nº 2.478, de 22 de fevereiro de 2008, (Regulamenta a suspensão do contrato de trabalho sem remuneração e dá outras providencia), conforme especifica.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º – O artigo 1º da Lei nº 2.478, de 22 de fevereiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os servidores municipais da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis e Autarquia Municipal contratados pelo Regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), poderão solicitar a suspensão do contrato de trabalho sem remuneração por período de até 2 (dois) anos, prorrogáveis.”

Art. 2º. O artigo 2º da Lei nº 2.478, de 22 de fevereiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - As solicitações de concessão ou prorrogação de suspensão do contrato, sem remuneração, deverão ser protocoladas na **Coordenadoria de Recursos Humanos - Secretaria Municipal de Administração, autuadas em processo administrativo pela **Central de Atendimento ao Cidadão - Setor de Protocolo** e posteriormente submetidas à apreciação da **Secretaria Municipal ou Autarquia Municipal** onde trabalha o requerente para verificação da possibilidade do referido afastamento, sem que venha prejudicar o interesse público.”**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos de abril de 2019, 121 do Distrito e 72 do Município.



José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis